

# SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ <b>COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS</b> .....	11
■ <b>ESCRITURA DE FRASES COM CORREÇÃO E ADEQUAÇÃO A DISTINTAS SITUAÇÕES COMUNICATIVAS</b> .....	13
■ <b>NOÇÕES DE SEMÂNTICA</b> .....	14
ANTÔNIMOS .....	14
SINÔNIMOS.....	14
SENTIDO PRÓPRIO .....	14
SENTIDO FIGURADO.....	15
■ <b>EMPREGO ADEQUADO DE PONTUAÇÃO</b> .....	15
■ <b>EMPREGO DAS DIVERSAS CLASSES DE PALAVRAS</b> .....	17
■ <b>CONCORDÂNCIA</b> .....	36
■ <b>REGÊNCIA</b> .....	40
■ <b>COLOCAÇÃO DE TERMOS</b> .....	42
■ <b>EMPREGO DE SINAIS GRÁFICOS E DO ACENTO GRAVE INDICATIVO DA CRASE</b> .....	42
■ <b>REDAÇÃO DISCURSIVA</b> .....	45
METODOLOGIA DE ENSINO.....	73
■ <b>CONCEPÇÕES TEÓRICAS DE EDUCAÇÃO, MUNDO, HOMEM E ESCOLA</b> .....	73
TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS .....	73
■ <b>PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO</b> .....	74
■ <b>NÍVEIS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO NACIONAL</b> .....	76
■ <b>RECURSOS E PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS</b> .....	77
■ <b>CURRÍCULO INTEGRADO</b> .....	79
■ <b>VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS INDIVIDUAIS, DE GÊNERO, ÉTNICAS E SOCIOCULTURAIS COMO PROCESSOS DE ENFRENTAMENTO À DESIGUALDADE</b> .....	79
■ <b>TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO</b> .....	84

■ PESQUISA COMO PRINCÍPIO PEDAGÓGICO.....	85
■ FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR .....	85
■ RELAÇÃO ESCOLA E COMUNIDADE.....	90
■ RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO .....	90
■ PLANEJAMENTO DO ENSINO.....	93
■ AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	95
■ TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NO TRABALHO PEDAGÓGICO.....	96
■ GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA .....	97
■ EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	99
 LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL.....	 107
■ CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 (CAPÍTULO III, SEÇÃO I – DA EDUCAÇÃO) .....	107
■ LEI Nº 9.394, DE 1996 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB) E SUAS ALTERAÇÕES.....	107
■ LEI Nº 2.139, DE 3 DE SETEMBRO DE 2009 – SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO DO TOCANTINS.....	119
■ LEI Nº 13.005, DE 2014 – PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE).....	121
■ LEI Nº 2.977, DE 2015 – PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (PEE/TO).....	123
■ LEI Nº 1.818, DE 2007 – ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DO TOCANTINS.....	124
■ LEI Nº 2.859, DE 2014 – PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS (PCCS) .....	143
■ RESOLUÇÃO CNE/CEB 04, DE 2010 – DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS GERAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.....	146
■ RESOLUÇÃO CNE/CEB 07, DE 2010 – DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 (NOVE) ANOS .....	150
■ RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 02, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017, QUE INSTITUI E ORIENTA ACERCA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) .....	153
■ RESOLUÇÃO Nº 024, DE 14 DE MARÇO DE 2019 – APROVA O DOCUMENTO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL, PARA O TERRITÓRIO DO TOCANTINS (DCT) .....	158
■ RESOLUÇÃO CEE/TO Nº 082, DE 03 DE AGOSTO DE 2017, QUE APROVA O REGIMENTO ESCOLAR DA REDE ESTADUAL DE ENSINO .....	163

REGIMENTO ESCOLAR DA REDE ESTADUAL DE ENSINO.....	163
■ PORTARIA-SEDUC Nº 3166, DE 18 DE SETEMBRO DE 2017 – REGULAMENTA O ART. 65 DO REGIMENTO ESCOLAR 2017 .....	175
■ LEI Nº 14.113, DE 2020, E LEI Nº 14.276, DE 2021 – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (FUNDEB).....	176
■ LEI Nº 13.415, DE 2017 – NOVO ENSINO MÉDIO.....	187
■ LEI FEDERAL Nº 8.069, DE 1990 – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE .....	190
MATEMÁTICA.....	219
■ O ENSINO NA FORMAÇÃO GERAL BÁSICA E AS COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS .....	219
■ RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA.....	219
ENVOLVENDO ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, POTENCIAÇÃO OU RADICIAÇÃO COM NÚMEROS RACIONAIS, NAS SUAS REPRESENTAÇÕES FRACIONÁRIA OU DECIMAL .....	219
■ MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM.....	220
■ MÁXIMO DIVISOR COMUM.....	221
■ PORCENTAGEM.....	221
■ RAZÃO E PROPORÇÃO .....	222
REGRA DE TRÊS SIMPLES OU COMPOSTA .....	222
■ EQUAÇÕES DO 1º OU DO 2º GRAUS .....	225
■ GRANDEZAS E MEDIDAS.....	227
QUANTIDADE .....	227
Tempo.....	227
Comprimento .....	227
Superfície.....	227
Capacidade.....	228
Massa.....	228
■ RELAÇÃO ENTRE GRANDEZAS .....	228
TABELA OU GRÁFICO .....	228
■ TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO.....	230
MÉDIA ARITMÉTICA SIMPLES .....	230
■ NOÇÕES DE GEOMETRIA .....	230

FORMA.....	230
ÂNGULOS .....	231
ÁREA E PERÍMETRO .....	231
VOLUME.....	234
TEOREMA DE PITÁGORAS .....	236
TEOREMA DE TALES.....	237
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - LÍNGUA PORTUGUESA.....	241
■ LITERATURA.....	241
ANÁLISE DE TEXTOS LITERÁRIOS DE TIPOS DIVERSOS .....	241
LITERATURA INFANTIL E JUVENIL .....	241
LITERATURA TOCANTINENSE.....	242
■ LETRAMENTOS, MULTILETRAMENTOS .....	243
LETRAMENTOS E ENSINO; MULTILETRAMENTOS; PRÁTICAS DE LETRAMENTO .....	243
■ CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM .....	244
AS VÁRIAS CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM .....	244
CONCEPÇÃO DIALÓGICA DA LINGUAGEM.....	245
■ PRÁTICAS DE LINGUAGEM .....	245
AS VÁRIAS CONCEPÇÕES DE LEITURA.....	245
ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS DE LEITURA.....	246
PRODUÇÃO TEXTUAL DE TIPOS DIVERSOS .....	246
ORALIDADE .....	247
ANÁLISE LINGÜÍSTICA DE ENUNCIADOS.....	247
■ GRAMÁTICA TEXTUAL .....	248
GÊNEROS E TIPOS TEXTUAIS .....	248
MARCAS DE TEXTUALIDADE.....	256
Modalização.....	257
Curadoria .....	258
Estratégias Argumentativas.....	258
Metalinguagem .....	258
Progressão Textual .....	258
Intertextualidade .....	259

Coesão e Coerência.....	262
<b>■ CONSTRUÇÃO TEXTUAL .....</b>	<b>266</b>
VARIAÇÃO LINGUÍSTICA .....	266
ORTOGRAFIA; CORREÇÃO ORTOGRÁFICA.....	266
SELEÇÃO LEXICAL .....	266
CORREÇÃO MORFOLÓGICA E SINTÁTICA.....	267
SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO.....	275
<b>■ CAMPOS DE ATUAÇÃO DAS PRÁTICAS DE LINGUAGEM .....</b>	<b>276</b>
CAMPOS DE ATUAÇÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA DE ACORDO COM A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR .....	276
GÊNEROS DISCURSIVOS: CONCEITOS E ELEMENTOS CONSTITUTIVOS .....	277
GÊNEROS MULTISSEMIÓTICOS: CONCEITOS E ELEMENTOS CONSTITUTIVOS .....	278
RELAÇÃO ENTRE OS GÊNEROS EM CIRCULAÇÃO, MÍDIAS E PRÁTICAS DA CULTURA DIGITAL .....	278
RELAÇÃO ENTRE CONTEXTO DE PRODUÇÃO E CARACTERÍSTICAS COMPOSICIONAIS E ESTILÍSTICAS DOS GÊNEROS .....	280
<b>■ BASE NACIONAL COMUM CURRICULARES E DOCUMENTO CURRICULAR DO TOCANTINS (DCT) PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E PARA O ENSINO MÉDIO .....</b>	<b>281</b>
COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO FUNDAMENTAL .....	281
COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LINGUAGENS E DE LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO MÉDIO.....	282

# METODOLOGIA DE ENSINO

## CONCEPÇÕES TEÓRICAS DE EDUCAÇÃO, MUNDO, HOMEM E ESCOLA

As concepções de educação e escola foram amplamente debatidas por vários pesquisadores ao longo do tempo, eles interpretaram a educação segundo áreas do conhecimento distintas e formularam teorias e metodologias que permeiam as atividades educacionais até os dias atuais. Historicamente, a função social atribuída à escola depende das concepções pedagógicas dominantes e dos valores atribuídos ao processo educativo.

De acordo com a Mizukami (1986), destacam-se cinco abordagens pedagógicas presentes no ensino brasileiro. Algumas apresentam referencial filosófico e psicológico, e outras são intuitivas ou fundamentadas na prática. Cada uma das abordagens é analisada a partir de categorias (conceitos) consideradas básicas para compreensão de cada uma.

Estas são as principais abordagens pedagógicas presentes no ensino brasileiro. Todas elas possuem grandes pesquisadores que as estudam e legitimam suas ações, e cada qual tem a sua importância diante do cenário geral da educação. Acompanhe:

- **Tradicional:** o conhecimento apresentado é restrito à escola e à sala de aula. O ensino é caracterizado por se preocupar mais com a variedade e quantidade de noções, conceitos e informações do que com a formação do pensamento reflexivo. A metodologia de ensino baseia-se em aulas expositivas e nas demonstrações do professor à classe. A avaliação ocorre para verificar a exatidão da reprodução dos conteúdos apresentados em sala de aula;
- **Comportamentalista:** à escola cabe manter, conservar e, em parte, modificar os padrões de comportamentos aceitos como úteis e desejáveis para uma sociedade. O comportamento é um objeto de estudo que não necessita de método hipotético dedutivo. O conhecimento, portanto é estruturado indutivamente, via experiência. A aprendizagem encontra-se na organização dos elementos para as experiências curriculares e será garantida pela sua programação, incluindo a aplicação de tecnologia educacional, estratégias de ensino e formas de reforço no relacionamento professor-aluno;
- **Humanista:** trata-se da educação do homem e não apenas da pessoa em situação escolar. O objetivo da educação é uma aprendizagem que abranja conceito e experiência, tendo como pressuposto um processo de aprendizagem pessoal. Não existem modelos prontos, nem regras a seguir, mas

um processo de vir-a-ser. A pessoa se encontra em um processo contínuo de descoberta. A metodologia não destaca um método ou uma técnica para facilitar a aprendizagem, mas cada professor deve desenvolver um estilo próprio para facilitar a aprendizagem de seus alunos. Defende a autoavaliação, por meio da qual o aluno deverá autoavaliar-se, assumindo responsabilidade pelas formas de controle de sua aprendizagem;

- **Cognitivista:** a educação visa à busca de novas soluções, criando situações que exijam o máximo de exploração por parte dos alunos, assim como estimulando novas estratégias de compreensão da realidade. Trabalhos em equipe, jogos e discussões podem ser utilizados como métodos dessa abordagem. A avaliação poderá ser realizada através de testes, provas, notas e exames. O professor deve propor problemas aos alunos, sem ensinar a solução, levando o aluno a trabalhar o mais independentemente possível;
- **Sociocultural:** a educação assume caráter amplo, não restrito à escola em si nem a um processo de educação formal. Consiste na educação problematizadora ou conscientizadora, que objetiva o desenvolvimento da consciência crítica e a liberdade como meios para superar as contradições de uma educação bancária (tradicional). O diálogo e os grupos de discussão são essenciais para a aprendizagem.

## TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS

As tendências pedagógicas envolvem o estudo histórico dos modelos educacionais que estiveram em evidência em determinados períodos da história da educação brasileira, analisando seus movimentos, sujeitos e condicionantes.

Os autores, de forma geral, concordam em classificar as tendências em dois grupos: tendência pedagógica liberal e tendência pedagógica progressista.

LIBERAL	PROGRESSISTA
Tradicional Progressivista Não diretiva Tecnicista	Libertadora Libertária Crítico-social dos conteúdos

Para gabaritar o tema “tendências pedagógicas”, é preciso dominar: epistemologia, conceitos e as concepções de tendências pedagógicas de Libâneo e Saviani.

### Tendências Liberais

Nas tendências liberais, a ideia é que o aluno deve ser preparado para papéis sociais de acordo com as suas aptidões, aprendendo a viver em harmonia com as normas desse tipo de sociedade e tendo uma cultura individual.

A pedagogia liberal é dividida em quatro tendências:<sup>1</sup>

- **Tradicional**
  - **Escola:** transmissão de conteúdos e formação clássica humanística;
  - **Conteúdo:** verdades absolutas;
  - **Método:** expositivo oral;

<sup>1</sup> Adaptado de Libâneo (1984).

- **Professor:** transmissor;
- **Manifestação:** jesuítas.
- **Renovada Progressista**
  - **Escola:** adequação das necessidades aos papéis sociais e preparação para a vida;
  - **Conteúdo:** retirado da vida prática dos indivíduos;
  - **Método:** ativo, o aluno aprende por sua ação prática;
  - **Professor:** auxiliador/facilitador;
  - **Manifestação:** Dewey, Decroly, Montessori, Anísio Teixeira e Piaget.
- **Renovada Não Diretiva**
  - **Escola:** tem o papel de formadora de atitudes;
  - **Conteúdo:** preocupa-se mais com a parte psicológica do que com a social ou pedagógica;
  - **Método:** centrado no aluno;
  - **Professor:** facilitador;
  - **Manifestação:** Rogers; Neill; SummerHill.
- **Tecnista**
  - **Escola:** formação de mão de obra;
  - **Conteúdo:** informações, princípios científicos e Leis, em sequência lógica e psicológica;
  - **Método:** procedimento e técnica de ensino;
  - **Professor:** modelador;
  - **Manifestação:** Skinner, Bloom e Lei nº 5.692, de 1971.

### Importante!

No livro *Escola e Democracia* (2008), Saviani considera as teorias liberais em educação como teorias não críticas, por entender “*ser a educação um instrumento de equalização social, portanto, de superação da marginalidade*”.

De acordo com Libâneo (1984), a tendência progressista parte de uma análise crítica das realidades sociais, sustenta implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação e é uma tendência que condiz com as ideias implantadas pelo capitalismo. O desenvolvimento e a popularização da análise marxista da sociedade possibilitou o desenvolvimento da tendência progressista.

### Tendências Progressistas

De acordo com Libâneo (1984), a tendência progressista parte de uma análise crítica das realidades sociais, sustenta implicitamente as finalidades sociopolíticas da educação e é uma tendência que condiz com as ideias implantadas pelo capitalismo. O desenvolvimento e a popularização da análise marxista da sociedade possibilitou o desenvolvimento da tendência progressista.

A pedagogia progressista é dividida em três tendências:<sup>2</sup>

- **Libertadora**
  - **Escola:** discutir a relação dos homens com os homens e dos homens com a natureza;
- **Libertária**
  - **Conteúdo:** temas geradores;
  - **Método:** diálogo e grupos de discussão;
  - **Professor:** incentivador;
  - **Manifestação:** Paulo Freire.
- **Libertária**
  - **Escola:** desenvolvimento dos indivíduos em um sentido autogestionário e libertário;
  - **Conteúdo:** são ensinados, mas não são cobrados;
  - **Método:** vivência grupal;
  - **Professor:** catalisador;
  - **Manifestação:** Arroyo, Vasquez e Freinet.
- **Crítico-social dos conteúdos ou Histórico-crítica**
  - **Escola:** difundir conteúdos concretos;
  - **Conteúdo:** saberes concretos de base científica e valor histórico;
  - **Método:** subordinados aos conteúdos, valorizando a práxis marxista;
  - **Professor:** mediador;
  - **Manifestação:** Snyders, Libâneo, Saviani, Makarenko, Monacorda.

Entenda a diferença entre tendência **libertadora** e tendência **libertária**:

- **Libertadora:** foco no método dialogal das aprendizagens;
- **Libertária:** foco na autogestão dos estudantes.

As tendências progressistas têm aspectos comuns ao ressaltarem o autoritarismo na relação professor/aluno. Algumas bancas podem cobrar a pedagogia Crítico-social dos conteúdos e Histórico-crítica como um mesmo conceito. Outras bancas cobram os conceitos separadamente. Vejamos:

- **Crítico-social dos conteúdos (Libâneo):** o papel primordial da escola é a difusão de conteúdo. Também chamada de “Pedagogia dos conteúdos”;
- **Histórico-crítica (Saviani):** diretamente vinculada à contextualização dos conteúdos. Olhar crítico para nossa educação.

## PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) configura-se como uma forma de planejamento, um instrumento de intervenção na prática educacional que se realiza na escola. Trata-se de um documento que todas as instituições educativas devem elaborar e manter atualizado, pois possibilita aos membros da escola a tomada de consciência dos problemas e das possíveis soluções, estabelecendo a responsabilidade de todos. A presença do debate democrático favorece a produção de critérios coletivos no seu processo de elaboração, assimilando significados comuns aos diferentes agentes educacionais e colaborando com a identificação desses com o trabalho desenvolvido na escola.

As três palavras que constituem o nome do documento dizem muito sobre ele. Vejamos os conceitos propostos por VEIGA (1995, p. 13), que definem a nomenclatura de Projeto Político Pedagógico (PPP):

PROJETO	POLÍTICO	PEDAGÓGICO
Proposta de ação a executar durante determinado período de tempo	Em compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade	Ações educativas e características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade

Ao integrar as três dimensões, o PPP fortalece sua função social. O documento constitui, neste sentido, um marco de referência elaborado e definido pela e para a comunidade escolar, com o intuito de registrar, orientar, estabelecer ações, metas, estratégias e intenções da escola.

Na perspectiva de Vasconcellos (2006, p. 169), o Projeto Político Pedagógico (ou Projeto Educativo) é:

*[...] o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.*

#### PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, CONFORME A LEI Nº 9.394, DE 1996

A partir dos princípios democráticos presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) — Lei nº 9.394, de 1996 — encontramos o aporte legal da escola na elaboração da sua proposta pedagógica. Vejamos alguns dispositivos da referida Lei:

**Art. 12** Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua **proposta pedagógica**; [...]

**Art. 13** Os docentes incumbir-se-ão de:

I - **participar da elaboração** da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; [...]

**Art. 14** Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - **participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola**; [...]

#### Importante!

Projeto Político Pedagógico, Proposta Curricular e Proposta Pedagógica são nomenclaturas relativas ao mesmo documento. Note que, nos arts. 12 e 13, da LDB (Lei nº 9.394/96), aparece “proposta pedagógica” e, no art. 14 da mesma lei, “proposta curricular”, não existindo diferença entre os termos.

#### ELEMENTOS ESTRUTURANTES

Para Vasconcellos (2006, p. 61) uma das finalidades do Projeto Político Pedagógico (PPP) é “*ser elemento estruturante da identidade da instituição*”. Assim, o PPP é um referencial teórico da escola e constitui-se de três marcos: situacional, conceitual e operacional. Vejamos:

MARCO SITUACIONAL	MARCO CONCEITUAL	MARCO OPERACIONAL
Trata de uma análise da realidade, de um diagnóstico da escola e suas especificidades	Explicita objetivamente e estabelece relações entre os fundamentos teóricos	Define linhas de ação e a reorganização do trabalho pedagógico escolar na perspectiva pedagógica administrativa, financeira e político-social

O PPP, em suas várias dimensões de elaboração, toma sempre como ponto de partida o já instituído, aquilo que já foi historicamente construído, não para perpetuar ou para se afirmar fatalismos (oi sempre assim e nada mudará), mas para criar uma nova utopia, um novo instituinte (GADOTTI, 2000).

#### PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Conforme Veiga (1991, p. 82), os princípios do Projeto Político Pedagógico são: igualdade, qualidade, gestão democrática, liberdade/autonomia e valorização do magistério. Esses possuem um caráter permanente e fundamentado nas ações pedagógicas.

#### Dica

Faz-se relevante a leitura do livro Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção possível, de Ilma Passos Veiga.

- **Igualdade:** esse princípio revela que a igualdade de oportunidades, mais do que a expansão quantitativa de ofertas, necessita da ampliação do atendimento com simultânea manutenção de qualidade. Isso quer dizer acesso e permanência com sucesso escolar;
- **Liberdade:** está sempre associada à ideia de autonomia, a qual nos remete a regras e orientações criadas pelos próprios sujeitos da ação educativa sem imposições externas. A liberdade deve ser considerada, também, como liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a arte e o saber direcionados para uma intencionalidade definida coletivamente;
- **Qualidade:** a escola tem obrigação de evitar de todas as maneiras possíveis a repetência e a evasão. Nesta linha, precisa garantir a meta qualitativa do desempenho satisfatório de todos;
- **Gestão democrática:** esse é um princípio fundamental para a elaboração do PPP. A gestão democrática constitui-se como um importante direcionamento, pois, a partir dela, a integralidade das ações da escola, sejam elas políticas ou pedagógicas, é definida por toda a comunidade escolar;



- **Valorização do magistério:** a qualidade da educação está relacionada à formação inicial e continuada, condições de trabalho e remuneração dos profissionais do magistério. A formação continuada é indispensável para a discussão da organização da escola como um todo e de suas relações com a sociedade.

Para Veiga (1991, p. 82), a importância desses princípios está na garantia de sua operacionalização nas estruturas escolares. Ademais, uma coisa é algo que está no papel, na legislação, na proposta, no currículo pensado e outra, é estar atuando na dinâmica interna da escola, na ação-reflexão-ação, no real, no concreto.

Cinco tópicos costumam cair com frequência quando o assunto é PPP. São eles: documento flexível; participação da coletividade em sua construção; autonomia pedagógica; participação de especialistas em sua formulação; documento com caráter emancipador.

## NÍVEIS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

### AS ETAPAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA – LDB

Cada uma das etapas da Educação Básica é dotada de especificidades e demandas pedagógicas, intrínsecas a cada uma das fases da escolarização.

#### Educação Infantil – LDB

A Educação Infantil é ofertada em creches ou instituições equivalentes para crianças que tenham até três anos de idade. Essa etapa escolar só passa a ser obrigatória no Brasil para crianças de 4 a 5 anos de idade, sendo facultativo o ingresso nos anos anteriores.

A LDB, em seu **art. 29**, traz que a Educação Infantil tem como finalidade:

*[...] desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.*

Nessa perspectiva, a Educação Infantil acompanha a criança até os cinco anos de idade, cumprindo a carga horária mínima de 800 horas anuais distribuídas em, no mínimo, 200 dias de trabalho educacional, sendo, no mínimo, quatro horas/dia para turno parcial e sete horas/dia para a jornada integral.

Vale destacar que nessa etapa não há promoção ou reprovação do estudante e as atividades avaliativas são aplicadas mediante registro de acompanhamento do desenvolvimento, sem o objetivo de promover ou reprovar. Dessa forma, ao completar os seis anos, a criança estará apta para cursar o Ensino Fundamental.

De acordo com a LDB, em seu art. 29, a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o **desenvolvimento integral da criança**.

#### Ensino Fundamental – LDB

O Ensino Fundamental, com nove anos de duração, é a fase de escolarização que atende a estudantes entre 6 e 14 anos. De acordo com o art. 32, essa etapa escolar

*[...] terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:*

*I - o desenvolvimento da **capacidade de aprender**, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;*

*II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos **valores em que se fundamenta a sociedade**;*

*III - o desenvolvimento da **capacidade de aprendizagem**, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;*

*IV - o **fortalecimento dos vínculos de família**, dos laços de solidariedade humana e de **tolerância recíproca em que se assenta a vida social**.*

O ensino fundamental deve ser ofertado presencialmente, “sendo o ensino à distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais” (§ 4º).

#### Ensino Médio – LDB

Nos arts. 35 e 36, encontramos as finalidades e objetivos do Ensino Médio. No Brasil, o Ensino Médio é a **etapa final** da Educação Básica, com duração de três anos, no mínimo. A sua finalidade, segundo a LDB, Lei nº 9.394, de 1996, em seu art. 35, é a seguinte:

*I - a consolidação e o **aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental**, possibilitando o prosseguimento de estudos;*

*II - a **preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando**, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;*

*III - o **aprimoramento do educando como pessoa humana**, incluindo a **formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico**;*

*IV - a **compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos**, relacionando a **teoria com a prática**, no ensino de cada disciplina.*

Além dos diferentes níveis e etapas da educação escolar, de acordo com a LDB e a Resolução do CNE N4 13 de junho de 2010, são consideradas modalidades de ensino na educação Básica:

<b>EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS</b>	A educação de jovens e adultos (EJA) destina-se aos que se situam na faixa etária superior à considerada própria no nível de conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio
<b>EDUCAÇÃO ESPECIAL</b>	A Educação Especial, como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, é parte integrante da educação regular, devendo ser prevista no projeto político-pedagógico da unidade escolar
<b>EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA</b>	A Educação Profissional e Tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, e articula-se com o ensino regular e com outras modalidades educacionais: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação a Distância
<b>EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO</b>	Na modalidade da Educação Básica do Campo, a educação para a população rural está prevista com adequações necessárias às peculiaridades da vida no campo e de cada região
<b>EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA</b>	A Educação Escolar Indígena ocorre em unidades educacionais inscritas em suas terras e culturas, as quais têm uma realidade singular, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-racial cultural de cada povo ou comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira
<b>EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA</b>	A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-racial de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira
<b>EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA</b>	A modalidade Educação a Distância caracteriza-se pela mediação didático pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem que ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos
<b>EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS</b>	Entende-se por Educação Bilíngue de Surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como a primeira língua, e em português escrito, como a segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizante, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos (Incluído na LDB 2021)

Fonte: LDB e a Resolução do CNE N4 13/06/201. Elaborado por KKS.W.

Observando todas essas modalidades de ensino, fica evidente o objetivo da legislação que garante a toda população acesso a um ensino de qualidade, seja qual for a idade, condição social e etnia do cidadão.

### Importante!

Atualmente, temos **oito modalidades**: Educação de Jovens e Adultos; Educação Especial; Educação Profissional e Tecnológica; Educação Básica do Campo; Educação Escolar Indígena; Educação Escolar Quilombola; Educação a Distância; Educação Bilíngue de Surdos.

## RECURSOS E PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

O processo de ensino-aprendizagem é algo mais amplo do que apenas dominar conteúdo. Para que esse procedimento de ensinar e aprender aconteça, é importante que o desenvolvimento intelectual, físico e a apropriação de conhecimentos caminhem juntos. Por esse motivo, o aluno precisa ser orientado por meio de métodos, pesquisas e observações com objetivos definidos.

Como já pontuamos em outros tópicos, a obra “Didática”, do professor José Carlos Libâneo (2013) é um livro fundamental na formação e no aperfeiçoamento de professores de todos os níveis, além de uma principal referência para quem também pretende gabaritar a temática. O autor define aprendizagem como “um processo

de assimilação de conhecimentos escolares por meio da atividade própria dos alunos” (LIBÂNEO, 2013, p.104).

Cumpra lembrar que a preocupação em como ensinar (quais métodos e técnicas utilizar) faz parte da didática, um dos principais ramos do estudo da Pedagogia.

## PROCESSOS DIDÁTICOS BÁSICOS: ENSINO E APRENDIZAGEM

Para Libâneo (2013), é importante garantir a unidade didática entre ensino e aprendizagem. Sendo assim, o autor propõe que analisemos cada parte deste processo separadamente. Vejamos:

### Processo – Ato Formativo

**Ensino** “tem como função principal assegurar o processo de transmissão e assimilação dos conteúdos do saber escolar, por meio desse processo, o desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos” (LIBÂNEO, 2013, p. 80).

**Aprendizagem** “é a atividade do aluno de assimilação de conhecimentos e habilidades” (LIBÂNEO, 2013, p. 92).

Ainda, o autor distingue as aprendizagens em: casual ou organizada. Vejamos:

- **Aprendizagem casual:** é a aprendizagem espontânea que nasce naturalmente nas relações com o ambiente e as pessoas. Surge a partir da convivência social;
- **Aprendizagem organizada:** aparece com uma finalidade específica. É aquela em que são determinados os conhecimentos, habilidades e, até mesmo, as regras sociais. Aqui, aparece a chamada aprendizagem escolar (LIBÂNEO, 1990, p.82).

### Importante!

O autor enfatiza a **aprendizagem escolar** como uma atividade planejada, intencional e dirigida, não sendo, em hipótese alguma, casual ou espontânea. Com isso, pode-se pensar que o conhecimento se baseia em dados da realidade.

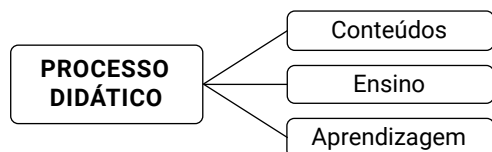
Diz-se que existem dois níveis de aprendizagem humana: o reflexo e o cognitivo. Há, pois, o estabelecimento de uma interligação nos momentos da assimilação ativa, implicando nas atividades mental e práticas.

O ensino possui três funções inseparáveis:

- organizar os conteúdos para transmissão, oferecendo ao aluno relação subjetiva com os mesmos;
- ajudar os alunos nas suas possibilidades de aprender;
- dirigir e controlar a atividade do professor para os objetivos da aprendizagem.

### Estrutura, Componentes e Dinâmica do Processo de Ensino

A estrutura e os componentes explicam o processo didático como a ação recíproca entre três componentes:



O processo de ensino realizado é um sistema articulado, formado pelos objetivos, conteúdos, métodos e condições, sendo, como sempre, o docente o responsável por esta condução.

### Aprendizagem, Conforme Piletti

Pilletti (1998) destaca três tipos de aprendizagem:

MOTORA OU MOTRIZ	COGNITIVAS	AFETIVAS
Simple habilidades motoras, como falar, escrever, andar de bicicleta etc.	Informações, conhecimentos simples e complexos	Sentimentos e emoções

Para Piletti (1988), a aprendizagem ocorre em fases, sendo a observação de uma situação concreta, cuja primeira percepção é geral e difusa a primeira. A segunda é a da análise, que considera a diversidade dos elementos que integram o conjunto de circunstâncias em que o aprendiz está inserido. A terceira, a fase da síntese, é onde ocorrem as conclusões.

A relação do processo entre ensino e aprendizagem não pode ser mecânica. A relação deve ser mútua, na qual o professor deve direcionar a aprendizagem e os alunos devem colaborar com atividades, sendo recíproco o trabalho entre professores e alunos.

Lembre-se que o processo de ensino deve considerar as atitudes, conhecimentos, habilidades e capacidades cognitivas dos alunos.

### CONCEPÇÕES DE APRENDIZAGEM

O inatismo, empirismo e o interacionismo foram posições dominantes e que influenciaram a prática escolar na formação dos conhecimentos.

**Inatismo:** teoria da aprendizagem que se refere à hereditariedade do sujeito e afirma que suas características são determinadas desde o seu nascimento. O precursor do Inatismo foi o filósofo grego Platão (427-347 a.C.). O método, nessa concepção de aprendizagem, é a dialógica ou dialética. O aluno é ativo e possui, naturalmente, o conhecimento; o papel do professor é o de facilitador — alguém que questiona, para despertar as ideias;

- **Empirismo:** para essa abordagem teórica, o conhecimento ocorre através da experiência, isto é, o indivíduo aprende como consequência dos estímulos externos. A mente seria um “quadro em branco” (tabula rasa). O aluno é visto como um ser ativo e que possui, naturalmente, o conhecimento e o papel do professor é o de facilitador. Seu precursor foi o filósofo inglês John Locke;
- **Interacionismo e Construtivismo:** nesta abordagem, o aluno possui papel ativo. Há relação recíproca entre os fatores internos e os externos, ou seja, o sujeito aprende por meio da interação com o meio (a construção da inteligência dá-se a partir da interação do sujeito com o objeto). Essa interação provoca alterações significativas no sujeito e, ao mesmo tempo, transforma o meio e o conhecimento.

## CURRÍCULO INTEGRADO

A **proposta de Currículo Integrado** compreende que todos conteúdos têm uma relação aberta e integrada entre si.

Espera-se que os conteúdos sejam desenvolvidos por meio de **ideias ou temas dinâmicos**, selecionados pelas escolas e perpassando pelos eixos transversais. Para isso, as salas de aula são consideradas como **espaços de construção e aperfeiçoamento** dos conteúdos culturais, habilidades, procedimentos e valores.

Além disso, para garantir a **compreensão crítica e reflexiva da realidade**, o espaço escolar é visto com relações sociais e pedagógicas menos hierarquizadas, dialogadas e cooperativas, tomando como princípios orientadores: teoria e prática, interdisciplinaridade, contextualização e flexibilização.

Já em relação aos **princípios epistemológicos**, são descritos resumidamente a seguir:

### Unicidade entre Teoria e Prática

- Teoria e prática são vistos como uma unidade indissociável.
  - para isso, sugere-se a adoção de estratégias de integração que promovam a reflexão crítica, análise, síntese e aplicação de conceitos na construção do conhecimento, incentivando o raciocínio, problematização, questionamento;
- Participação do professor e estudantes na tomada de consciência, na revisão de concepções, definição de objetivos, entre outras ações para pensar as atividades.
  - para isso, sugere-se a adoção de estratégias de integração que promovam a reflexão crítica, análise, síntese e aplicação de conceitos na construção do conhecimento, incentivando o raciocínio, problematização, questionamento.

### Princípio da Interdisciplinaridade e da Contextualização

- Interdisciplinaridade como abordagem que permite o trabalho com diferentes disciplinas/componentes curriculares e a compreensão de que o conhecimento e o pensamento não são fragmentados;
- Contextualização: permite pensar os conhecimentos e procedimentos didático-pedagógicos como processos com múltiplas dimensões e sentidos sociais e políticos;
- A integração e a contextualização são vistas como forma de desenvolver habilidades, atitudes, conceitos, focando no contato real com espaços sociais, profissionais e acadêmicos;
- Para garantir essas perspectivas, as coordenações pedagógicas são consideradas como espaços-tempos privilegiados de formação continuada, planejamento, discussão do currículo e organização do trabalho.

### Princípio da Flexibilização

- Há a definição de uma base comum, mas considera-se a flexibilidade para que as escolas definam outros conhecimentos relevantes, tendo em vista os seus projetos políticos-pedagógicos e as especificidades locais;

- Abertura à atualização e diversificação por meio da flexibilidade curricular, que favoreça o diálogo aberto, flexível e coletivo entre os conhecimentos;
- Por meio das práticas pedagógicas dos professores, essa flexibilidade do currículo é viabilizada, considerando os conhecimentos prévios dos estudantes e a construção de novos saberes, pela resinificação dos saberes científicos e os do senso comum;
- A articulação entre os conhecimentos científicos e os saberes dos estudantes abre espaço para experiências, saberes, práticas dos sujeitos que protagonizam e compartilham em espaços sociais diversos.

## VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS INDIVIDUAIS, DE GÊNERO, ÉTNICAS E SOCIOCULTURAIS COMO PROCESSOS DE ENFRENTAMENTO À DESIGUALDADE

No âmbito do Ministério da Educação (MEC), a educação em direitos humanos tem como maior objetivo a implementação do Plano Nacional em Direitos Humanos (PNEDH), com ações de formação para os professores e demais profissionais que estão na educação básica. Além disso, é da alçada do MEC a criação de materiais didáticos e paradidáticos sobre o tema.

O MEC afirma que:

*Educar em direitos humanos é fomentar processos de educação formal e não-formal, de modo a contribuir para a construção da cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crenças religiosas<sup>3</sup>.*

O PNEDH surge para propor novos caminhos e novas ações, a fim alcançar esse objetivo maior da Educação em Direitos Humanos. São **7 objetivos gerais** apresentados no Plano:

*Fortalecer o Estado Democrático de Direito; Enfatizar o papel dos direitos humanos no desenvolvimento nacional; Contribuir para a efetivação dos compromissos assumidos com relação à educação em direitos humanos no âmbito dos instrumentos e programas internacionais e nacionais; Avançar nas ações e propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos; Orientar políticas educacionais direcionadas para o respeito aos Direitos Humanos; Estabelecer concepções, objetivos, princípios e ações para a elaboração de programas e projetos na área de educação em direitos humanos; Incentivar a criação e o fortalecimento de instituições e organizações nacionais. Estaduais e municipais de direitos humanos<sup>4</sup>.*

Considerando a necessidade de conscientização da população em geral, o PNEDH determina algumas linhas de ação para a sociedade, como:

3 BRASIL. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003, p. 7

4 Ibid, p. 14.